

OPINIÃO

Origens militares da política brasileira



Gen. Marco Aurélio Costa Vieira

A visão predominantemente ideológica do período do regime militar, assim como a postura dissimuladamente revanchista adotada com relação às Forças Armadas durante os governos da Nova República, distorceram a percepção de muitos brasileiros sobre os militares e sua atuação no âmbito político do país. Ainda assim, nas últimas décadas, as Forças Armadas têm apresentado níveis de aprovação popular sempre crescentes, mas o elevado conceito que desfrutam hoje junto aos brasileiros certamente não é obra da academia e nem se deve à imprensa. Portanto, aqueles responsáveis por decisões de segurança nacional, civis e militares têm obrigação de saber as origens dos fatos, buscando privilegiar a história da nossa organização político-social, em detrimento de habituais distorcidas versões ideológicas. Bem conhecer o passado elucida o presente, e fica possível constatar que vivemos “tempos de

cólera”, de paixões exacerbadas, mas tampouco o Brasil vive uma onda autoritária ou militarista, conforme o alardeado nas manchetes dos jornais, no Brasil e no exterior.

Desde o início da colonização, o Estado português, monárquico, centralizador e monopolista soube se valer dos homens da guerra para efetivar seus objetivos maiores: a dilatação da fé e a conquista do Império. Em que pese o fato da empresa colonizadora ter se constituído mais em uma ocupação territorial com objetivos políticos, do que em um empreendimento econômico, foram “capitães hereditários”, ou seja, foram militares aqueles primeiros chamados para governar o Brasil.

Na verdade, mesmo a terra sendo propriedade do donatário para o cultivo, uma Capitania não passava de uma repartição administrativa onde o poder real se fazia presente na pessoa do Capitão-Geral. Tomé de Souza, assim como Duarte da Costa, primeiros Governadores Gerais do Brasil, também eram capitães. Nasceram governados por militares. Entretanto, desde a fundação de São Vicente, em 1532, ainda que fossem fundadas por capitães, as vilas no Brasil foram governadas por câmaras de vereadores eleitos regularmente a cada três anos. E esse governo exercia os três poderes: formulava as leis locais, comandava a execução dessas leis e aplicava a Justiça, inclusive com a prerrogativa de nomear Juízes.

Segundo Jorge Caldeira, em seu livro História da Riqueza do Brasil, nos tempos coloniais, “... o governo local, por meio de autoridades eleitas, foi uma estrutura de poder permanente, geral e homogênea... com uma dose de

consenso e consulta popular, capaz de operar com legitimidade. Havia no Brasil um grau de soberania popular maior que da metrópole.” A burocracia civil, não esqueçamos, se mesclavam as hierarquias paramilitares, sendo que o Capitão

As Forças Armadas fazem questão de se colocar à margem das disputas do poder e afastadas de todo e qualquer envolvimento político-partidário

e o Sargento-Mór eram escolhidos pelo Governador de listas tríplices indicadas pelas câmaras, comprovando que espírito público brasileiro foi formado na vila, com a população e os militares habituados a respeitar, eleger e confiar no coletivo. E acrescenta Caldeira “Foi um costume popular, coletivo, constante...durante século e meio... analfabetos e mamelucos, de três em três anos, essa gente organizou eleições, deu posse aos governos, seguiu-lhes as determinações – e os governantes entregaram os cargos aos eleitos.”

A chegada da família real ao Brasil e o Primeiro Império, no início do Século XVIII, nada mudou no interior do país, enquanto no governo central houve o aumento gradativo do poder pessoal do Imperador, disfarçado de poder moderador, e um crescente protagonismo do Exército, fruto das vitórias contra as revoltas separatistas. A partir da Guerra do Paraguai, o Exército foi ganhando mais importância, e na Proclamação da República seu papel foi proeminente.

Com fortes laços tradicionais, reforçados pelos esforços de guerra, dotados de ensino superior e com a força das armas do Império

nas mãos, os militares desenvolveram a convicção de que formavam uma elite nacional, e que seriam os mais indicados para dirigir o País. Patriotas por definição, em constante defesa dos interesses da nação, comprometidos com a ordem e leais aos superiores, não foi à toa que Raul Pompéia afirmou na ocasião que a única classe organizada do país era o Exército.

Lauro Sodré, eminente político republicano, também se manifestou: “Não há no nosso passado nem na nossa história uma página em que se registrem vitórias da liberdade contra a prepotência, na qual não figure ao lado do povo, levantado para a defesa de seus direitos, o Exército que é o próprio povo, que é a agremiação de cidadãos unidos pelos laços da disciplina.”

A partir da República, o Brasil passou a viver a lenta mudança de uma economia predominantemente agroexportadora para uma economia urbano-industrial, conseguida efetivamente somente a partir dos idos de 1950. Mas, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, as instituições militares já se identificavam com essa maré industrial. O conhecimento técnico, a formação científica e a filosofia positivista fizeram dos militares os principais agentes da evolução econômica brasileira, no Século XX.

A modernização do papel das Forças Armadas no mundo, aliada ao amadurecimento da democracia brasileira, fizeram com que

os militares abandonassem uma postura de constantes revoltas para privilegiar o profissionalismo. Depois da chamada redemocratização do país, com a Constituição de 1988, as Forças Armadas do Brasil limitaram-se aos quartéis e continuam a se constituir em instituições sérias, organizadas, baseadas na hierarquia e na disciplina, privilegiando a meritocracia e totalmente isentas de qualquer influência política.

Com a eleição de Bolsonaro, algumas opiniões insistem em associar o antigo Capitão a uma influência militarista no governo. Ocorre que os militares chamados a compor os quadros governamentais são da reserva, o fizeram por sua própria iniciativa, sem influência das Forças, as quais fazem questão de se colocar à margem das disputas do poder e afastadas de todo e qualquer envolvimento político-partidário.

Portanto, primeiramente, as Forças Armadas não estão no governo. Também, não se vislumbram quaisquer resquícios de autoritarismo. O Presidente foi eleito democraticamente, as instituições estão funcionando normalmente e os âmbitos dos poderes estão sendo perfeitamente respeitados, como de hábito, desde as nossas primeiras vilas coloniais. Taxar de autoritário, antidemocrático, ou ainda noticiar que o governo do Brasil está militarizado, é ignorância, má-fé, cegueira ideológica, ou todas as respostas anteriores.

O general Marco Aurélio Costa Vieira foi comandante da Brigada de Infantaria Paraquedista, diretor de Ensino Superior Militar e diretor-executivo de Operações dos Jogos Olímpicos Rio 2016

Nova geração conectada ao mundo

Brasil tem 24,3 milhões de crianças e adolescentes utilizando internet, aponta pesquisa

Cerca de 24,3 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 9 e 17 anos, são usuários de internet no Brasil, o que corresponde a cerca de 86% do total de pessoas dessa faixa etária no país. A informação consta na pesquisa TIC Kids Online Brasil 2018, divulgada nesta semana pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

“Este percentual é mais alto do que a média da população em geral [conectada], que está em torno de 70%. Isso mostra que crianças e adolescentes são um público bastante conectado à rede”, disse Fabio Senne, coordenador de projetos de pesquisas do Cetic.br. Segundo ele, há três anos o uso da internet por esse público era 79%. “Há um incremento constante no percentual de usuários. E isso tem a ver também com as faixas etárias. Quando se chega na faixa entre 15 e 17 anos, esse percentual é ainda maior que os 86%”.

A pesquisa apontou também que, no ano passado, 3,8 milhões de crianças e adolescentes não tinham acesso à internet por falta, por exemplo, de acesso à rede em casa (8%) ou pela impossibilidade de usar a internet na escola (5%). Segundo Fabio Senne, as regiões Norte e Nordeste são as que menos usam internet no país (75%), enquanto a Região Sul (95%) é o local onde crianças e adolescentes estão mais conectadas.

“A pesquisa estima que cerca de 3,8 milhões de crianças e adolescentes não usaram a internet nos últimos três meses. E elas estão concentradas nas parcelas mais



Valter Campanato/Agência Brasil

Com o aumento do uso da internet por adolescentes, aumenta também o risco de exposição a conteúdos impróprios

vulneráveis da população, especialmente nas classes D e E e uma quantidade grande também [está] presente na Região Nordeste do país, o que mostra que é preciso políticas específicas de inclusão mais focalizadas nesses públicos”, disse.

A internet é mais utilizada por meio de celular, por 93% das crianças e adolescentes

Multimídia - Segundo a pesquisa, oito em cada dez crianças e adolescentes do país assistem a vídeos, programas, filmes ou séries na internet. O estudo revelou que o uso da internet para atividades multimídia por crianças e adolescentes (83% do total dos entrevistados) é maior que a utilização da internet para o envio de mensagens instantâneas (77%), que o

hábito de jogar sem conexão com outros jogadores (60%) ou conectados com outros jogadores (55%) e pouco maior que o uso da internet para escutar música (82%).

A internet é mais usada por meio de telefone (93%). Desde 2014, o uso de telefone celular ultrapassou o uso de computadores e Senne acredita que isso deve ainda aumentar. Também vem crescendo o uso de internet por meio da televisão (chegando a 32%, quando em 2014 era acessada por 5% dos entrevistados). A pesquisa apontou que em setores mais vulneráveis da população, as pessoas tendem a usar a internet exclusivamente por celular, como no caso das classes D e E, em que esse tipo de uso exclusivo foi apontada por 71% das pessoas.

Educação - Cerca de 74% das crianças e adolescentes utilizam a internet para pesquisa em trabalhos escolares. Pouco mais da metade (53%) usa a internet para ler ou assistir a

notícias, enquanto 66% diz que costuma fazer pesquisas na internet por curiosidade ou vontade própria.

No entanto, o uso de internet dentro das escolas atinge em torno de 40% das crianças e adolescentes do país. “Isso mostra que, apesar do uso já atingir 86% das crianças e adolescentes, quando vamos olhar para a escola, a escola não está sendo um espaço prioritário de uso da rede”, disse Senne.

Redes sociais - De acordo com a pesquisa, cerca de 82% das crianças e adolescentes usuários de internet relatam usar e ter perfil nas redes sociais, o que corresponde a cerca de 22 milhões de usuários dessa faixa etária no país. “Ela [a pesquisa] traz uma tendência bastante marcante de crianças e adolescentes nesses ambientes. Se a gente olha esse dado por faixa etária, temos quase 97% de crianças e adolescentes usuários de internet, entre 15 e 17 anos, que possuem perfil na rede social, o que é

bastante expressivo”, disse a coordenadora da pesquisa Luísa Adib.

Pela primeira vez na pesquisa, o número de crianças e adolescentes com contas no WhatsApp superou o número de perfis no Facebook. Também cresceu o número de usuários dessa faixa etária no Instagram, que é a terceira plataforma em número de uso entre esse público.

Apesar dos benefícios, Luísa disse que o uso da internet por crianças e adolescentes também envolve riscos, como o contato com estranhos, embora não necessariamente, segundo ela, isso possa incorrer em um problema. Também pode haver a exposição a conteúdos sensíveis e a própria conduta da criança e do adolescente poder ser considerada ofensiva para seus próprios pares.

Cerca de 82% das crianças e adolescentes relatam usar e ter perfil nas redes sociais

Luísa alerta que atividades de mediação entre pais e seus filhos e o acompanhamento no uso da internet podem ajudar na prevenção desses riscos. “O que a gente observa é que as medidas mais ativas e participativas são as que tendem a trazer melhores resultados do que aquelas que são restritivas. A restrição pode inibir o uso, mas também não prepara para o uso. Então, é o acompanhamento [dos pais] que possibilita que a criança crie mecanismos e desenvolva habilidades necessárias para a presença nesse ambiente”.■

Libras e braile nas faculdades privadas

A Advocacia-Geral da União confirmou, junto ao Tribunal Regional da 4ª Região, a obrigatoriedade de instituições de ensino superior privadas oferecerem ensino em libras e braile para estudantes com deficiência, conforme estabelecido no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A atuação ocorreu no âmbito de ação ajuizada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina na 3ª Vara Federal de Florianópolis, na qual a entidade pleiteava que as faculdades vinculadas a ela fossem dispensadas da exigência e que eventual adaptação das aulas fosse custeada pelo aluno.

O pedido foi julgado improcedente pela primeira instância, mas o Sinepe/SC recorreu ao TRF4. No tribunal, a Procuradoria da União de Santa Catarina lembrou que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu a constitucionalidade das normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência que estabelecem a obrigatoriedade de as escolas privadas promoverem a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular e prover as medidas de adaptação necessárias sem ônus financeiro.

Por unanimidade, a 3ª Turma do TRF4 negou provimento à apelação. Os desembargadores assinalaram que “improcede a pretendida desobrigação de integrarem o ensino da Libras e/ou do Braille em seus currículos, pela busca da efetividade ao preceito constitucional de proibição de qualquer discriminação à pessoa portadora de deficiência”.■